



## Senadores aprovam indicação de Barroso para o Supremo

Na sabatina realizada ontem em comissão, que durou sete horas e meia, futuro ministro afirmou que o STF não deveria interferir no processo legislativo

**A** indicação do advogado Luís Roberto Barroso para o posto de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) teve 59 votos favoráveis e 6 contrários no Plenário do Senado. Durante a votação, diversos parlamentares, inclusive da oposição, afirmaram que Barroso

tem todas as qualidades necessárias para fazer parte do mais alto tribunal do país. Na sabatina na Comissão de Constituição e Justiça, Barroso afirmou que, caso precise analisar recursos do julgamento do mensalão, não cederá à pressão do governo, da imprensa nem dos condenados. **9**



Geráldo Magela/Agência Senado

Na sabatina, o senador Vital do Rêgo cumprimenta o advogado Luís Roberto Barroso, aprovado para ser ministro do STF

**Criação de tribunais pode ser promulgada hoje 11**

**Comissão aprova MP de capitalização dos bancos 12**

**Áreas de livre comércio terão incentivos prorrogados 4**

### Menos impostos para luz e cesta básica

Comissão mista aprovou ontem medida provisória que determina a desoneração de itens da cesta básica. Relatório incluiu

conteúdo da MP que venceu terça-feira e permite ao governo subsidiar a redução das contas de energia elétrica. **3**

Arthur Monteiro/Agência Senado



Relator da proposta, o deputado Edinho Araújo (E) explica seu texto ao senador José Pimentel durante a sessão da comissão mista

**Especialistas apontam atraso na infraestrutura de transportes 5**

**Autoridades debatem segurança em grandes eventos 6**

**Bahia, Ceará e Pará ganharão novas universidades federais 7**

Jane de Araújo/Agência Senado



### Senado, Câmara e governo discutem dívida de agricultor

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, da Câmara, Henrique Alves, e o senador Eunício Oliveira conversaram ontem com o ministro Guido

Mantega sobre a renegociação da dívida de produtores do Nordeste. Eles acertaram inclusão de emendas em MP que trata de ações contra a seca. **3**

"Você financiou um trator e está devendo sete", diz Renan (3º à esq.), ao lado de Eunício Oliveira (E), de Henrique Alves e do ministro da Fazenda (D)

**STF remarca para dia 12 decisão sobre restrição a novos partidos 2**

**Regulamentação dos direitos das domésticas será votada hoje 10**



# Supremo adia decisão sobre restrição a novos partidos

Projeto que limita acesso ao Fundo Partidário e ao tempo de rádio e TV está parado no Senado devido a liminar concedida a mandado de segurança de Rollemberg, que aponta inconstitucionalidade

O SUPREMO TRIBUNAL Federal (STF) decidiu adiar para o dia 12 a decisão sobre o mandado de segurança que visa impedir a discussão pelo Senado do projeto de lei que restringe o acesso de novos partidos ao Fundo Partidário e ao tempo de rádio e TV (PLC 14/2013). Ontem, manifestaram-se as entidades consideradas com representatividade para dar assistência à Corte, chamadas de *amici curiae*, e advogados.

A tramitação no Senado está suspensa desde o fim de

abril por decisão liminar do ministro Gilmar Mendes. O advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, se disse confiante na derrubada da liminar.

Autor do mandado de segurança, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse que uma decisão contrária não significará que o projeto vai se tornar lei.

— O projeto é claramente inconstitucional e, se o mandado de segurança não for acolhido, caberá uma ação direta de inconstitucionalidade.

Para Rollemberg, o projeto é casuístico: foi apresentado

com o objetivo de prejudicar partidos como a Rede Sustentabilidade e “esvazia” o direito fundamental à livre criação de agremiações.

Respondendo a pedido de informações, a Advocacia do Senado afirmou que o STF, ao suspender a tramitação do projeto, inibe o que são meras intenções, já que o texto ainda poderia ser modificado durante a discussão. Segundo Cascais, a suspensão parece não levar em conta o papel do Senado de Casa revisora, definido pela Constituição.



O advogado Alberto Cascais (D) fez a sustentação das razões do Senado no STF: confiança na derrubada da liminar

## Câmara cria comissão para votar mudança na tramitação de MPs

A Câmara terá uma comissão especial para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 70/2011, do senador José Sarney (PMDB-AP), que institui um novo rito de tramitação para as medidas provisórias (MPs). O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, assinou ontem a criação da comissão. Segundo Alves, a situação atual é insustentável, já que a análise das MPs é demorada na comissão mista, restando pouco tempo para discussão e votação nos plenários da Câmara e do Senado.

— A comissão mista demora mais do que deveria, [a MP] chega a esta Casa muito imprensada no tempo, e o Senado paga o pato maior, com menos tempo ainda. O rito não é satisfatório nem para o Legislativo

nem para o Executivo — disse. Segundo Alves, os trabalhos do colegiado já serão iniciados na próxima semana.

A PEC 70 (PEC 11/2011 no Senado) estabelece que, dos 120 dias de tramitação das MPs no Congresso, 80 serão na Câmara e 30 no Senado. Outros 10 dias serão dados à Câmara para a análise de possíveis emendas apresentadas no Senado.

Hoje, as MPs vigoram por 60 dias, podendo ser prorrogadas por mais 60 dias. O prazo para votação nas duas Casas é de 45 dias. Se não forem votadas, passam a trancar a pauta da Casa em que estiverem tramitando.

Pela proposta, a admissibilidade será analisada pelas Comissões de Constituição e Justiça das duas Casas, não mais por comissões mistas.

## Medida que trata de aviões chega ao Senado e tranca pauta

O PLV 13/2013 (oriundo da Medida Provisória 606/2013), que facilita a concessão de seguro para exportação de aviões, foi lido ontem em Plenário. A matéria havia sido aprovada anteontem pela Câmara e chegou ao Senado trancando a pauta de votações.

Entre os temas da MP, está o uso do Seguro de Crédito à Exportação (SCE) em compras de aeronaves brasileiras mesmo quando a empresa aérea não for a devedora direta da operação de financiamento.

A MP 606 altera as regras sobre o repasse do Fundeb e amplia o prazo de benefício fiscal a empresas de banda larga.

O texto é o relatório da comissão mista que analisou a MP, feito por José Pimentel (PT-CE).

## Simon quer Ficha Limpa para nomeações

Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou um projeto que cria condições para quem assumir cargos e funções no Executivo. O PLS 213/2013, uma espécie de Lei da Ficha Limpa, está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto veda por oito anos a nomeação como ministro de Estado de quem tenha sido

eleito e depois perdido o cargo ou o mandato por desrespeito à Constituição federal ou às estaduais ou então às leis orgânicas dos municípios.

Também veda a nomeação como ministro dos que renunciam ao mandato para evitar processo de cassação. A proibição também dura oito anos. Servidores públicos

demitidos e magistrados aposentados compulsoriamente em processos disciplinares são impedidos de assumir o cargo pelo mesmo período.

Segundo Simon, a proposta afetaria hoje 27.275 cargos no Executivo (Presidência da República, ministérios, autarquias, estatais e agências reguladoras).

## Divulgação gratuita sobre turismo não é consenso

A votação do projeto que prevê a divulgação sobre regiões turísticas do Brasil de forma gratuita em emissoras de rádio e televisão, que estava prevista para a última terça-feira na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), foi adiada devido a pedido de vista de Anibal Diniz (PT-AC).

O PLS 630/2011, de Benedito de Lira (PP-AL), originalmente prevê a obrigatoriedade da divulgação para todas as emissoras. Emenda de Alvaro Dias (PSDB-PR) restringiu a responsabilidade às emissoras públicas, educativas e comunitárias.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), acolheu a sugestão, por considerar que as rádios e televisões privadas perderiam espaço que poderia

ser comercializado. Para Anibal, a emenda desvirtua o objetivo do projeto original de converter em notas sobre turismo as bonificações fiscais dadas às empresas privadas de comunicação, que funcionam por meio de concessões estatais.

Luiz Henrique (PMDB-SC) solicitou vista de outra proposta, que obriga as concessionárias de TV, rádio e telefonia celular a divulgar alertas sobre a possibilidade de ocorrência de desastres climáticos. O texto é o substitutivo de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ao PLS 490/2009.

A comissão também aprovou projetos de decreto legislativo que autorizam a exploração do serviço de radiodifusão sonora e rádios comunitárias em diversas cidades.

### Senadores

discordam sobre veiculação em emissoras privadas de rádio e TV

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 18h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Exportação de aviões

14h O Projeto de Lei de Conversão 13/2013, proveniente da MP 606/2013, tranca a pauta. A proposta facilita a concessão de seguro para exportação de aviões.

### CRA Participação nos lucros

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária examina projeto que visa adequar e modernizar a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.

### CCT/MARCO REGULATÓRIO Terras-raras

9h Audiência pública conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e da subcomissão que trata da elaboração de um marco regulatório para os minerais estratégicos (terras-raras).

### CDH Cultura de paz

9h Na pauta, projeto que trata da política pública para a promoção da cultura de paz.

### CRE/CCI Segurança em megaeventos

9h30 As Comissões de Relações Exteriores e de Constituição e Justiça examinam medidas para segurança nos megaeventos como a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude.

### CMO Deliberação

10h Reunião extraordinária para deliberação de propostas.

### REGULAMENTAÇÃO Domésticos

14h Votação do relatório de Romero Jucá sobre a regulamentação da EC 72/2013, que estabelece igualdade de direitos aos empregados domésticos.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h30**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h30**, **audiência da Comissão de Agricultura**; e, às **10h**, **audiência das Comissões de Relações Exteriores e de Constituição, Justiça e Cidadania**. Às **14h**, a **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).



Arthur Moreira/Agência Senado



Ana Rita conduz reunião, ao lado do deputado Araújo e dos senadores Dornelles (de pé), Braga e Paim (D)

## Aprovada a desoneração da cesta básica e da conta de luz

Relatório votado em comissão mista sobre MP que dá isenção tributária a produtos essenciais incluiu a iniciativa que possibilita redução na cobrança de energia elétrica e havia expirado na terça-feira

FOI APROVADO ONTEM na comissão mista encarregada de analisá-lo o relatório sobre a Medida Provisória 609/2013, que desonera itens da cesta básica. Após impasses que levaram a pedido de vista na terça-feira, parlamentares fizeram acordo para votar o projeto de lei de conversão na forma como foi apresentado. Destaques e emendas serão discutidos e votados nos Plenários da Câmara e do Senado.

Em relação ao texto apresentado na terça-feira, o relator, deputado Edinho Araújo (PMDB-SP), fez apenas uma alteração: incluiu o sal entre os produtos da cesta básica. A comissão é presidida pela senadora Ana Rita (PT-ES)

A MP 609 foi aprovada com o conteúdo da MP 605/2013, que permite ao governo subsidiar a redução das contas de luz com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético. Essa MP perdeu a validade terça-feira porque não foi votada pelo Senado, aonde chegou poucas horas antes de expirar, sem tempo para análise.

A MP 609 reduz a zero as contribuições para PIS-Pasep e Cofins incidentes sobre carnes, café, óleo, manteiga, açúcar, papel higiênico, pasta de dente e sabonete. Os demais produtos da cesta básica (arroz, feijão, farinhas, pão comum, massas alimentícias, leite e queijos) já são isentos desde 2004, pela Lei 10.925.

### Otimismo

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), e Edinho Araújo estão confiantes na aprovação da MP nas duas Casas.

— Houve a queda da obstrução aqui, e o que acontece na comissão costuma ser um bom termômetro — disse Araújo.

Braga é ainda mais otimista. Acredita na inclusão da medida ainda hoje na pauta de votação da Câmara.

No relatório, Araújo inseriu uma série de outros itens, como material escolar e de construção, produtos de limpeza e gás de cozinha. Além desses produtos, ele incluiu os seguintes gêneros

alimentícios: carne de frango congelada, mortadelas e linguiças; camarão e ração para esse animal; café, mate, sucos integrais e açúcar; óleos vegetais em estado bruto; pão de forma e biscoitos tipo cream cracker, água e sal, maria e maisena; molho de tomate, vinagre e polvilho.

Foram incluídos na lista de isenção rações, suplementos minerais e ureia pecuária. O relator acolheu também reivindicação do setor agrícola para estender a todos os tipos de máquinas utilizadas na agricultura a redução da base de cálculo para PIS-Pasep e Cofins já concedida a tratores e máquinas autopropulsadas.

Água sanitária, sabão em barra, desinfetantes, escovas de dente, absorventes higiênicos e fraldas descartáveis também passam a constar da composição da cesta básica desonerada. Segundo Araújo, a utilização desses produtos traz reflexos positivos para a saúde pública, com redução de focos de infecção e moléstias.

(Com Agência Câmara)

### Plano Safra demonstra a importância do agronegócio, diz Souza

Sérgio Souza (PMDB-PR) discursou na terça-feira sobre participação dele no lançamento do Plano Safra 2013-2014, no Palácio do Planalto. Souza disse que a iniciativa demonstra de forma inequívoca a importância do agronegócio para o Brasil e o desenvolvimento regional.

O senador ressaltou que o Plano Safra abre crédito para investir na produção, compra de equipamentos e outros projetos. Ele destacou a criação do Serviço Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, além dos investimentos do governo em armazenagem.

Souza destacou que o agronegócio representa 25% do PIB e gera 35 milhões de empregos em toda a cadeia. Ele observou que o superávit do agronegócio brasileiro foi de US\$ 83 bilhões nos últimos 12 meses.

### Humberto Costa comemora construção de Adutora do Agreste

A assinatura, pelo governo, da ordem de serviço para construção da Adutora do Agreste, no sertão de Pernambuco, foi comemorada ontem por Humberto Costa (PT-PE). Considerado o maior sistema integrado de abastecimento de água da América Latina, a adutora vai garantir água potável a mais de 2 milhões de moradores de 68 cidades do agreste pernambucano.

A previsão de conclusão da primeira etapa, informou o senador, é de 24 meses, com custo de R\$ 360 milhões. O empreendimento deve receber, até março de 2015, investimento superior R\$ 1 bilhão, tendo extensão de 1.300 quilômetros.



Marcos Oliveira/Agência Senado

### Acir Gurgacz alerta para desperdício de alimentos no Brasil

A campanha contra o desperdício de alimentos, tema da ONU para o Dia Mundial do Meio do Ambiente, celebrado ontem, foi destaque de Acir Gurgacz (PDT-RO) em Plenário. Ele apontou falhas na cadeia produtiva que contribuem para o problema e alertou para a necessidade da conscientização.

Segundo a ONU, 870 milhões de pessoas passam fome no mundo, enquanto 1,3 bilhão de toneladas de alimentos vai para o lixo todos os anos. O senador citou, entre as razões do desperdício, deficiências técnicas, estruturais, de qualificação do agricultor e da mão de obra, de estocagem e de comercialização dos alimentos.



Moreira Matiz/Agência Senado

### Mário Couto afirma que governo esconde a inflação verdadeira

Mário Couto (PSDB-PA) lamentou o aumento dos preços e disse que a presidente Dilma Rousseff tenta esconder a inflação, assim como esconde a corrupção e o caos da segurança e da saúde. Ele citou reportagem da revista *Época* indicando que o orçamento da classe média não dá para um mês.

— A inflação é o câncer mais poderoso do dinheiro da família brasileira. Alertei várias vezes, e ela chegou — disse.

Segundo Couto, a farinha de mandioca subiu de R\$ 2,80 para R\$ 14 em seis meses.

— A morte da inflação foi decretada no governo Fernando Henrique Cardoso. Volta agora no governo Dilma — afirmou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

### Agripino apoia perdão a pequenos produtores atingidos pela seca

José Agripino (DEM-RN) defendeu em Plenário o PLS 688/2011, aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que autoriza o perdão de dívidas de pequenos agricultores na área da Sudene.

— Se o governo pode perdoar as dívidas de países africanos num valor assemelhado ao que devem os pequenos produtores rurais, por que o Congresso não faz o mesmo com os nordestinos inadimplentes?

Agripino contou que três prefeitos do Rio Grande do Norte lhe disseram que equipamentos doados pelo governo têm alto custo e não são prioridade para municípios que têm “sede, fome e necessidade”.



Gerardo Magalo/Agência Senado

## Congresso acerta com Mantega renegociação de dívida de agricultor

Em busca de solução para o problema das dívidas dos produtores rurais do semiárido do Nordeste, os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) se reuniram ontem com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, a pedido da presidente Dilma Rousseff.

Eles acertaram a inclusão de emendas na MP 610/2013 para acelerar a suspensão das execuções e a renegociação dos débitos em conformidade com a decisão anunciada por Dilma na terça-feira. A MP 610 trata de ações emergenciais para socorrer municípios atingidos pela seca no Nordeste.

Entre as medidas antecipadas por Dilma, está a autorização da suspensão das execuções das dívidas dos agricultores com os bancos e a garantia da renegociação, com descontos de até 85%.

A presidente anunciou a intenção de suspender os prazos processuais até 2014. Os agricultores com dívidas de até R\$ 35 mil contraídas antes de 2006 terão 85% de desconto. Para dívidas de até R\$ 200 mil contratadas antes

de 2006, o montante será renegociado com prazo de dez anos para o pagamento. Para os empréstimos feitos após 2007, os valores poderão ser renegociados com três anos de carência.

— Para que os bancos suspendam essas cobranças, é preciso que haja um instrumento legal, que é a aprovação do relatório da MP 610 — disse Eunício, o relator da medida.

Segundo ele, outras medidas estão sendo negociadas com a equipe econômica.

— Serão incorporadas outras medidas que estamos discutindo, não apenas a suspensão, a elevação desses valores, mas a discussão da taxa de juros. Também a renegociação dos médios e grandes produtores, ampliando o prazo de carência do Banco do Nordeste — disse Eunício.

Segundo Renan, os produtores rurais não têm condições de arcar com as dívidas:

— O indexador utilizado foi a TJLP [Taxa de Juros de Longo Prazo]. Isso gera uma distorção brutal. Você financiou um trator e está devendo cinco, seis, sete.

Ainda não há uma data para a apresentação do relatório.



Mantega (E) recebe Renan Calheiros (D), Henrique Alves e Eunício Oliveira

Jane de Araújo/Agência Senado



# Avança prorrogação de incentivos fiscais a áreas de livre comércio

Projeto determina que benefícios às ALCs e à Amazônia Ocidental devem ter a mesma duração dos concedidos à Zona Franca de Manaus

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem projeto de lei que vincula à vigência da Zona Franca de Manaus (ZFM) a duração dos benefícios fiscais concedidos às áreas de livre comércio (ALCs) e à Amazônia Ocidental. Assim, as isenções terão a validade prorrogada até 2023. A proposta (PLS 48/2013) agora será votada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto é de José Sarney (PMDB-AP). Segundo o senador, a intenção é corrigir as diferenças existentes em normas legais sobre o assunto, que favorecem diferentes interpretações sobre o encerramento dos incentivos.

A Lei 9.532/1997 fixou o prazo de extinção dos benefícios para a ZFM em 1º de janeiro de 2014. No entanto, a Emenda Constitucional 42/2003 o prorrogou até 2023.



Inácio Arruda conduz a reunião em que a Comissão de Desenvolvimento Regional aprovou a prorrogação de benefícios

Criadas como extensões dos benefícios previstos para a ZFM, explicou o relator da matéria, Romero Jucá (PMDB-RR), as isenções à Amazônia Ocidental e às ALCs deveriam vigorar pelo mesmo prazo.

Tanto as ALCs como a ZFM, observou Jucá, foram instituídas para estimular o desenvolvimento das localidades e,

assim, compensar dificuldades, como a distância entre a produção e os consumidores. Nessas regiões, os produtos são isentos de impostos federais, o que pode implicar uma redução nos preços ao consumidor de até 25%.

Caso seja encerrada a concessão dos benefícios, ressaltou o senador, os municípios

de Macapá e Santana (AP) e os da Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima) serão afetados. Na opinião de Jucá, tais incentivos ainda são necessários para favorecer o crescimento econômico dos estados do Norte acima da média nacional, o que contribuirá para a redução das desigualdades regionais.

## Projeto beneficia empresa localizada em zona de exportação

A participação mínima de vendas para o exterior na receita bruta das empresas instaladas nas zonas de processamento de exportação (ZPEs) poderá cair de 80% para 50%. A redução está prevista no PLS 316/2012, aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A proposta ainda precisa passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

As ZPEs são “áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a

produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro”. Elas



Wilder, o relator: proposta distribui atividades econômicas pelo Brasil

devem ser criadas nas áreas menos desenvolvidas do país, sendo condição prévia para a inclusão de uma empresa que 80% da receita bruta seja proveniente de exportação.

Para o autor do projeto, Romero Jucá (PMDB-RR), a regra impede a participação da empresa que, apesar do potencial de expansão do comércio internacional, tem forte inserção no mercado interno e não cumpre o mínimo de faturamento em operações com o exterior.

— Há que se considerar as flutuações cíclicas da

economia internacional. Haverá anos em que um desempenho menos favorável dos países líderes reduzirá a corrente de comércio do país, obrigando as empresas a voltar as atenções ao mercado interno — disse.

Para Jucá, a flexibilização estimulará o desenvolvimento tecnológico de indústrias com potencial exportador. Segundo o relator, Wilder Moraes (DEM-GO), ajudará a promover uma “distribuição mais equilibrada das atividades econômicas nas diversas regiões do país”.

## Contrapartida de município pobre em programa habitacional pode ser reduzida

A União poderá reduzir ou dispensar a contrapartida financeira de municípios nas transferências voluntárias destinadas a programas habitacionais. Proposta com essa finalidade, da ex-senadora Roseana Sarney, foi aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

Por tramitar em caráter terminativo na CDR e ter sido aprovada na forma de substitutivo de Ruben Figueiró (PSDB-MS), a matéria será votada pela comissão em turno suplementar.

O PLS 331/2006 exige que o município tenha população inferior a 25 mil habitantes e esteja localizado nas Regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, na metade sul ou noroeste do Rio Grande do Sul

ou em outra área legalmente equiparada a essas regiões. O município deve ter indicadores de desenvolvimento inferiores à média nacional.

Segundo a autora, a medida inclui municípios sem condições financeiras de participar nos custos de programas habitacionais realizados com recursos federais.



Ruben Figueiró, autor do substitutivo aprovado ontem pela comissão

## Prefeitura deve ter que abrir rede subterrânea antes de pavimentar rua

As prefeituras poderão ser obrigadas a implantar redes subterrâneas de esgoto, água, energia, telefonia e gás antes de pavimentar as vias e, se desobedecerem à norma, poderão ficar impedidas de obter financiamento federal para obras viárias.

A medida está prevista no PLS 119/2011, que foi aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e agora vai para a Câmara dos Deputados.

De Acir Gurgacz (PDT-RO), o texto altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) para determinar que as redes subterrâneas de infraestrutura

de serviços urbanos sejam feitas antes da pavimentação das ruas.

O autor quer dar maior racionalidade à administração das cidades, evitando onerar o contribuinte com novas aberturas da pavimentação.

Na avaliação do relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a prática de pavimentar as vias antes de fazer a infraestrutura subterrânea é explicada pela maior visibilidade política das obras de pavimentação, em comparação com as de infraestrutura básica:

— A prática arraigada nos municípios brasileiros causa graves prejuízos para a população e para o erário.

## Aprovada inspeção periódica em edificações

Edifícios residenciais e comerciais, escolas, igrejas, teatros, cinemas, viadutos, rodovias, pontes, entre outras edificações, estarão sujeitos a inspeções periódicas, caso se torne lei projeto (PLS 491/2011) aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), em caráter terminativo.

De acordo com a proposta, a inspeção será obrigatória para edificações e elementos complementares, como sistemas de ar condicionado, instalações elétricas, elevadores e escadas rolantes. O projeto, do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), foi aprovado na forma de substitutivo apresentado pelo relator, Zeze Perrella (PDT-MG).

No substitutivo, Perrella prevê que a primeira inspeção seja feita dez anos após a emissão do habite-se. Também ficam dispensadas edificações residenciais com até três pavimentos, além daquelas sujeitas a legislação específica.

## Audiência vai discutir transporte aéreo

A situação do transporte aéreo brasileiro e as mudanças no sistema de gestão aeroviário do país serão discutidas em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Requerimento com esse objetivo, de Lídice da Mata (PSB-BA), foi aprovado ontem pelo colegiado.

A iniciativa para o debate, ressaltou a senadora, deveu-se às reclamações do setor de turismo no Brasil relativas à atual estrutura de transporte aéreo, bem como dos serviços oferecidos. Na opinião da parlamentar, as condições podem ser agravadas com a proximidade de eventos internacionais a serem realizados no Brasil, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Para Lídice, o preço das tarifas aéreas, as alternativas de rotas, a frequência de voos e a implantação de conexões regionais são os principais temas a serem discutidos na audiência.



# Especialistas defendem parceria com setor privado na infraestrutura

Participação privada ainda seria vista com preconceito. Baixo investimento no setor de transportes deixa o país em posição desvantajosa

O CAMINHO PARA melhorar a infraestrutura de transportes no Brasil é o investimento do setor privado. Foi o que afirmaram os convidados da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI). O debate, conduzido pelo presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), ouviu dois especialistas sobre o cenário atual do setor no país.

Para o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Luiz Afonso dos Santos Senna, o país precisa quebrar preconceitos em relação à participação privada. Ele citou o exemplo da China, que é um país comunista, mas que tem o maior programa de concessões privadas do mundo.

— Nós fazemos parte de uma competição global e o impacto de não termos trens, portos adequados e infraestrutura adequada é que vamos perder competitividade — afirmou.

Senna começou a apresentação comparando a rede de rodovias do Império Romano, que tinha 100 mil quilômetros pavimentados, com a rede atual do Brasil, com 180 mil quilômetros de pavimentação.

O professor apresentou levantamento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico



Collor, entre os convidados Senna e Cardoso, no debate sobre o nó logístico do país

(OCDE), no período 2012–2013, segundo o qual o Brasil é o 107º em infraestrutura geral de transportes entre 144 países. O nosso país fica em 123º lugar em relação à qualidade das rodovias, em 100º lugar quando se fala em ferrovias, em 135º na infraestrutura portuária e em 134º lugar no transporte aéreo.

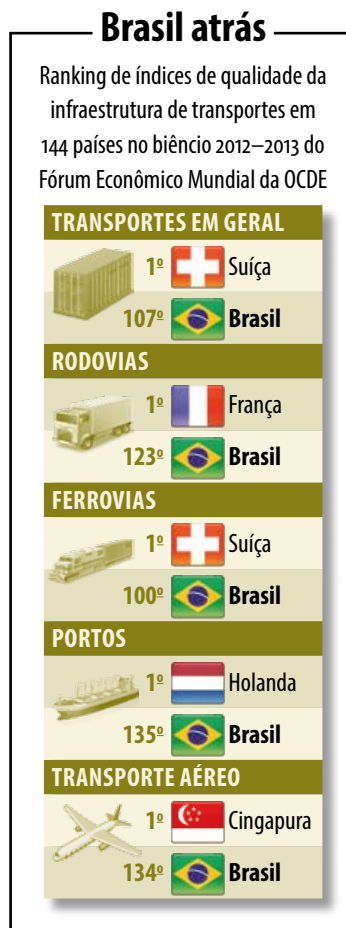
Ele disse que é um mito ser o Brasil um país rodoviarista, já que apenas 12% das rodovias brasileiras são pavimentadas e boa parte se encontra em situação regular, ruim ou péssima.

O secretário-executivo do Conselho Temático Permanente de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Wagner Cardoso, criticou o baixo investimento

do Brasil em infraestrutura. Segundo ele, o Brasil investe 2,1% do produto interno bruto (PIB) no setor, enquanto a China, por exemplo, investe 7%, e o Chile, 6%.

— O Brasil tem investido 2,1%, que dá cerca de R\$ 82 bilhões. Para nós começarmos a reverter o déficit de infraestrutura, precisamos investir cerca de 5% do PIB. Isso dá R\$ 220 bilhões ao ano — afirmou.

Para o representante da CNI, o Brasil precisa chamar o setor privado tanto para o investimento, quanto para a gestão da infraestrutura. Segundo pesquisas da confederação, os principais gargalos na área são os portos e a energia elétrica. Para Cardoso, a sanção da MP dos Portos vai possibilitar uma



melhora nesse setor e é o passo certo para atenuar o problema.

— A MP possibilita a concessão das administrações portuárias à iniciativa privada. Essa será a nova bandeira da CNI depois da sanção da MP 595. Nós acreditamos que as administrações portuárias também devem ser privatizadas — disse.

## Aprovado texto que cria estações de apoio para caminhoneiros



O poder público deverá construir e manter estações de apoio para condutores de veículo de transporte de carga ou de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões das rodovias federais. Projeto com essa exigência foi aprovado, em decisão terminativa, ontem, pela Comissão de Infraestrutura (CI).

Originário da Câmara, o PLC 48/2012 modifica a Lei 10.233/2001 para exigir a construção, a cada 150 quilômetros, das estações de apoio. Estabelece que a obrigação não se aplica aos contratos de concessão em vigor e determina que a exigência deve ser atendida mesmo no caso das rodovias delegadas pela União aos entes da Federação que as concedem, em seguida, à administração privada.

O relator, Sérgio Petecão (PSD-AC, foto), manifestou-se favorável à proposta.

## Sergio Souza cobra mais investimento em logística



Sérgio Souza (PMDB-PR) comemorou ontem a sanção da Lei dos Portos (Lei 12.815/2013). Para ele, é o primeiro passo para a redução do custo Brasil e a redefinição do papel do país nas relações comerciais com o mundo.

O senador destacou o contraste entre os “números extraordinários” do agronegócio e os obstáculos da logística e condenou a diferença de preços que desfavorece os produtos brasileiros:

— Essa diferença um dia vai acabar. Para que ela acabe, temos que tirar nossos entraves internos, e um deles é a logística nacional. Precisamos avançar muito na melhoria de nossos modais de transporte, e a MP dos Portos é um avanço nesse sentido — declarou.

Entre as melhorias em logística, Souza considerou o corredor ferroviário Mato Grosso do Sul-Paraná fundamental para escoar a produção da região.

## Impacto da educação na economia brasileira é tema de discussão

A Comissão de Infraestrutura (CI) vai promover uma audiência pública para discutir o impacto de longo prazo da universalização da educação de qualidade, com foco na economia, na infraestrutura e no bem-estar social.

Autor do requerimento, aprovado ontem, o presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), propôs ouvir especialistas sobre duas questões: qual a ameaça que o atual quadro de educação brasileira apresenta para o futuro da infraestrutura, da economia e da sociedade do Brasil? O que fazer para construir um vigoroso sistema educacional que sirva ao progresso econômico e social brasileiro ao longo deste século, qualificando o trabalho para os desafios que se apresentam?

Na justificativa, Collor diz que o conhecimento é o mais importante vetor do progresso e que a educação é um dos pilares da infraestrutura para a economia e para o bem-estar da sociedade. Ele também afirma estar o Brasil entre os países com pior sistema educacional.

## Senadores podem ganhar acesso ao Sistema Fiscalis do TCU

O presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), apresentou requerimento, aprovado na comissão, para que o Tribunal de Contas da União disponibilize o acesso dos senadores do colegiado ao Sistema Fiscalis, desenvolvido pelo tribunal para o acompanhamento remoto dos processos de fiscalização de obras.

“Trata-se de ferramenta de grande utilidade para o bom desempenho da atividade de fiscalização desta comissão”, justifica o senador.

## Comissão realizará audiência pública para debater a BR-251

A Comissão de Infraestrutura aprovou requerimento de Clésio Andrade (PMDB-MG) para realizar audiência a fim de discutir restauração e duplicação da BR-251, que liga Ilhéus (BA) a Cuiabá. Clésio sugeriu convidar representante do Dnit, prefeitos dos municípios por onde passa a rodovia e deputados estaduais de Minas Gerais.

## Dilma sanciona Lei dos Portos com 10 vetos

A presidente Dilma Rousseff sancionou ontem a Lei dos Portos (Lei 12.815/2013) com dez vetos ao texto aprovado pelo Congresso, em maio. Entre os vetos, dispositivos que tratavam da renovação e da prorrogação de concessões de portos e da garantia de concorrência que o novo marco regulatório quer implementar.

A lei foi publicada em edição extra do *Diário Oficial da União*.

— Os vetos foram feitos para garantir o objetivo principal da lei, que é garantir a abertura e a competitividade do setor e afastar qualquer insegurança jurídica — justificou a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

Um dos vetos refere-se ao artigo 57 da lei, que tratava da prorrogação de contratos firmados a partir de 1993. A presidente vetou o dispositivo que permitia a prorrogação desses contratos desde que o arrendatário fizesse os investimentos para expansão e modernização dos portos.

Também foi vetado o parágrafo 1º do artigo 5º, sobre a prorrogação dos contratos de concessão e arrendamento vigentes. O Congresso retirou do texto a expressão “a critério do poder concedente”, o que, na prática, criaria um mecanismo de prorrogação automática.

Outro veto retira da lei o conceito de “terminal indústria”, para dar fim à distinção entre carga própria e de terceiros. Na avaliação do governo, a restrição de uso de um terminal apenas para carga própria reduziria a competitividade e poderia travar o setor.

Dilma também vetou o trecho que dava exclusividade da segurança dos portos à guarda portuária e um artigo relativo ao cadastro de mão de obra avulsa para trabalho nos portos.

(Com Agência Brasil)



Segundo Gleisi, vetos garantem a competitividade do setor portuário





Torcedores no Maracanã, Rio de Janeiro, formam um dos públicos que receberão proteção planejada pelas instituições que participam de discussão no Senado

## Audiência pública debate hoje a segurança em grandes eventos

Representantes da Defesa, da Polícia Militar e da Agência Brasileira de Inteligência vão falar sobre os esforços na prevenção ao terrorismo

OS PREPARATIVOS QUE o Brasil está adotando para garantir a segurança em grandes eventos que serão realizados no país nos próximos meses, como a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, serão discutidos hoje em audiência pública das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Cidadãos de todo o país

poderão participar enviando perguntas aos senadores e palestrantes por meio do Portal e-Cidadania. Também é possível a interação pelo Facebook, pelo Twitter e pelo Alô Senado (0800 612211).

Foram convidados o general de divisão Jamil Megid Junior, assessor do Ministério da Defesa; o comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Jooziel de Melo Freire; e o diretor-geral

da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Wilson Roberto Trezza.

Também devem participar o representante do Ministério da Justiça, José Gomes Monteiro Neto; o procurador da República em São Paulo José Roberto Pimenta; e os delegados da Polícia Federal Roberto Alzir Dias Chaves e Felipe Tavares Seixas.

Segundo o presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), um dos autores

do requerimento de audiência, o objetivo é conhecer os esforços desenvolvidos pelo Estado brasileiro na garantia da segurança pública, inclusive na prevenção a ações terroristas.

### COMO ACOMPANHAR E PARTICIPAR

▶ **Participe:**  
<http://bit.ly/megaeventos>

▶ **Portal e-Cidadania:**  
[www.senado.gov.br/ecidadania](http://www.senado.gov.br/ecidadania)

▶ **Facebook:** eCidadaniaSF

▶ **Twitter:** @e\_cidadania

## Plenário aprova embaixadores para Israel e Argélia

O Plenário do Senado aprovou ontem cinco indicações da presidente Dilma Rousseff para assumir embaixadas do Brasil no exterior. A aprovação dos indicados será comunicada à Presidência da República.

Por 44 votos a 6, foi aprovada a indicação do diplomata Eduardo Botelho Barbosa para o cargo de embaixador do Brasil na Argélia.

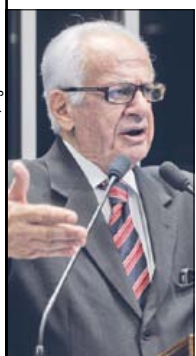
A indicação de Henrique da Silveira Sardinha Pinto para o cargo de embaixador do Brasil em Israel foi aprovada com 45 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção.

A indicação de Demétrio Bueno Carvalho para o cargo de embaixador do Brasil no Cazaquistão foi aprovada com 44 votos favoráveis, 4 votos contrários e 1 abstenção.

Para embaixador do Brasil na Dinamarca e na Lituânia, foi aprovada a indicação de Marcus Camacho de Vincenzi, com 46 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção.

Por último, a indicação de André Luiz Azevedo dos Santos para embaixador do Brasil na Libéria foi aprovada com 46 votos favoráveis, 5 votos contrários e 1 abstenção.

## Simon chama Patriota para discutir impacto do bloco comercial Aliança do Pacífico



Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a demonstrar preocupação com os impactos da Aliança do Pacífico para o Brasil. Segundo o senador, o bloco comercial — que reúne Chile, Colômbia, México e Peru

— contabilizou US\$ 556 bilhões em exportações em 2012, contra US\$ 335 bilhões registrados no comércio entre os países que integram o Mercosul.

Para Simon, o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, precisa falar sobre o tema no Senado. O convite foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), mas o ministro ainda não marcou data.

Simon afirmou que o assessor internacional da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, também deveria falar sobre o tema. Segundo o senador, o novo bloco se apresenta como uma entidade de anos de existência e, com rapidez, chegou a um acordo que baixará a zero as tarifas de 90% dos produtos comercializados entre os países. Enquanto isso, o Mercosul continua com brigas internas, especialmente entre Brasil e Argentina.

## Para Collor, Mercosul não favorece negócios e está deixando o Brasil isolado

O presidente da Comissão de Infraestrutura (CI), Fernando Collor (PTB-AL), afirmou ontem, na reunião do colegiado, que o Mercosul é mais um espaço político que de integração. Para Collor, o momento atual do bloco contrasta com o que vive o bloco comercial Aliança do Pacífico, deixando o Brasil isolado das cadeias produtivas mundiais.

O senador se referiu à sétima reunião de cúpula da Aliança do Pacífico, realizada em 23 de maio, na Colômbia. O bloco, que reúne Chile, Colômbia, México e Peru, decidiu eliminar 90% das tarifas de bens negociados pelo bloco, pretendendo a eliminação total de tarifas em curto prazo.

— A postura favorável aos negócios e aos empreendedores da Aliança contrasta com a atual fase do Mercosul, às voltas não só com o protecionismo argentino, mas também com o clima desfavorável causado pela suspensão do Paraguai — afirmou.

Collor destacou que o Paraguai tem aumentado o ressentimento em relação ao Brasil e foi um dos observadores da reunião da Aliança do Pacífico, manifestando interesse em participar do bloco. Para o senador, entre os problemas do Mercosul, estão a lentidão institucional e um viés estatizante.

## Com mais de 20 anos, bloco ainda “patina” em seus objetivos, afirma Casildo



Casildo Maldaner (PMDB-SC) cobrou uma política de comércio exterior mais agressiva por parte do governo. O parlamentar defendeu a ampliação das relações comerciais do Brasil com outros países e uma

posição mais atuante no âmbito da América Latina.

Casildo afirmou que, com a criação da Aliança do Pacífico (que reúne Chile, Colômbia, México e Peru), este é o momento de fazer uma análise mais ampla da integração da América Latina e do papel do Brasil nesse cenário.

Na opinião dele, mesmo criado há mais de 20 anos, o Mercosul ainda “patina” em seus objetivos, como a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do bloco.

Para demonstrar o “acanhamento da política de comércio exterior” do Brasil, o senador relatou que a Aliança do Pacífico, que completa um ano nesta semana, contabilizou em 2012 US\$ 556 bilhões em exportações, enquanto o Mercosul negociou apenas US\$ 335 bilhões.

## Para Armando, Brasil está estagnado no comércio internacional



Armando Monteiro (PTB-PE) se disse preocupado com a política de comércio exterior do Brasil. O senador apontou uma estagnação no Mercosul, o que travou a expansão do país dentro do bloco e fora dele.

Ele disse que os países-membros do Mercosul não favorecem acordos econômicos bilaterais, caso da Argentina, protecionista; da Venezuela, mais envolvida com problemas internos; do Uruguai, que não tem destaque no comércio regional; e do Paraguai, suspenso do bloco.

Para Armando, o Mercosul dá “claros sinais de esgotamento”, principalmente se comparado à Aliança do Pacífico — que reúne México, Peru, Colômbia e Chile, que selaram em um ano uma área de livre comércio por meio da qual zeraram tarifas de 90% dos produtos.

Segundo ele, é preciso “reinventar” o Mercosul. O senador vê como positiva a abertura de renegociação com o México para aumentar a exportação e melhorar a competitividade do Brasil no mercado daquele país.

— É preciso que o Brasil revigore a disposição de buscar novos parceiros.



# Dilma sanciona criação de universidades no Nordeste

Bahia, Ceará e Pará receberão quatro instituições de ensino superior conforme projeto aprovado dia 28 pelo Senado, gerando oportunidades de graduação e de empregos para professores e técnicos administrativos

A PRESIDENTE DILMA Rousseff sancionou ontem as leis que criam as Universidades Federais do Sul-Sudeste do Pará (Unifesspa), do Oeste da Bahia (Ufob), do Sul da Bahia (Ufesba) e do Cariri (UFCA), aprovadas pelo Senado no dia 28 de maio.

No dia da votação em Plenário, os relatores dos projetos (PLCs 30, 31 e 32/2013) — Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Walter Pinheiro (PT-BA) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) — ressaltaram a necessidade das universidades para os estados. Pinheiro afirmou que a urgência na votação possibilitaria o funcionamento da Ufob em 2014. Inácio Arruda lembrou que a UFCA beneficiará estados vizinhos.

— Essa conquista é do Ceará, mas com grande impacto também na Paraíba, em parte de Pernambuco e mesmo do Piauí — disse o senador.

A criação dessas universidades faz parte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni), do governo federal.

A UFCA será implantada a partir do desmembramento dos campi de Juazeiro do Norte,



Entre Jaques Wagner, governador da BA, e Aloizio Mercadante, Dilma sanciona leis

Barbalha e Crato da Universidade Federal do Ceará e com a criação dos campi de Icó e Brejo Santo. Serão criados 27 cursos de graduação, tendo como meta atender 6.490 estudantes. Serão contratados 197 professores e 530 técnicos administrativos.

A Unifesspa começará a partir do desmembramento do campus Marabá da Universidade Federal do Pará, acrescido de novos campi em Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguará. Serão 12.830 vagas em 47 cursos de graduação, com 506 professores e 595 técnicos administrativos.

Na Bahia, Itabuna sediará a Ufesba, com unidades também em Porto Seguro e Teixeira de Freitas, beneficiando a população da Microrregião de Ilhéus e entorno. Conterá com 36 cursos de graduação, para os quais serão contratados 617 professores, além de 859 técnicos administrativos.

No mesmo estado, a sede da Ufob será em Barreiras, com unidades em Barra, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória e Luiz Eduardo Magalhães. Funcionará com 35 cursos de graduação e 7.930 vagas. Serão contratados 357 professores e 408 servidores administrativos.

(Com Portal do Planalto)

## Comissão discute benefícios do Ciência sem Fronteiras

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realizou ontem o colóquio O Futuro da Educação Superior no Brasil e nos Estados Unidos: Ciência sem Fronteiras e democratização do ensino superior.

Foram apresentados dados do Programa Ciência sem Fronteiras e ouvidos diretores da Universidade do Texas, com a qual a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

firmou acordo para receber estudantes brasileiros.

O Ciência sem Fronteiras, do governo federal, financia o intercâmbio de estudantes brasileiros em universidades no exterior nas áreas de ciência e tecnologia. Serão até 101 mil bolsas em quatro anos para alunos de graduação e pós.

Para o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, uma das inovações mais importantes do

programa é a disponibilização de bolsas de estudo de um ano para alunos de graduação, as “bolsas-sanduíche”. Antes, o governo só patrocinava pós-graduação.

— O programa muda o paradigma das políticas públicas na área de educação. O investimento não é para a próxima eleição, mas sim para o futuro.

O diretor da Faculdade de Geociências da Universidade do Texas, William Fisher, salientou o papel de sua instituição na formação de pesquisadores brasileiros desde a década de 70.

Segundo lembrou Fisher, o principal responsável pela descoberta do pré-sal — o ex-diretor de Exploração e Produção da Petrobras Guilherme Estrella — adquiriu boa parte da formação nos bancos da Faculdade de Geociências da Universidade do Texas.



Senadora Ana Amélia (C) conduz debate sobre programas de estudo no exterior

## Senado aprova recondução de diretor da ANS

O Plenário aprovou a recondução de Leandro Reis Tavares para o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que regula os planos de saúde — 38 votos a favor, 6 contra e 1 abstenção.

Tavares é graduado em Medicina pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com especialização em Cardiologia e mestrado em Ciências Médicas pela mesma instituição. Em 2011, obteve doutorado em

Cardiologia na Universidade de São Paulo (USP).

Lúcia Vânia (PSDB-GO) foi a relatora da indicação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde Tavares foi aprovado por unanimidade em 22 de maio.

## Senadores homenageiam Bautista Vidal, idealizador do Próalcool

“Sob quase completo silêncio, morreu Bautista Vidal”, afirmou na terça-feira o senador Roberto Requião (PMDB-PR, foto), ao homenagear o físico e ex-professor da Universidade de Brasília, falecido no último fim de semana, aos 78 anos. O pesquisador foi um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento do Programa Nacional do Alcool (Próalcool), em meados dos anos 70.

— Um homem que qualquer nação do mundo, qualquer universidade ou centro de pesquisas orgulhar-se-ia de tê-lo como seu filho, professor



Moreira Mariz/Agência Senado

e cientista. No entanto, do governo, de sua Casa Civil, que tantos lamentos manifesta com o passamento de brasileiros cuja trajetória não constitui propriamente um exemplo de vida, não ouvimos uma palavra sequer — lamentou o senador.

Inácio Arruda (PCdoB-CE), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Eduardo Suplicy (PT-SP) também homenagearam o professor José Walter Bautista Vidal em Plenário ontem.

— Bautista Vidal teve a coragem de lutar contra a corrente do pensamento tradicional — disse Cristovam.

## Luiz Henrique quer discutir nova tecnologia para extrair gás

Luiz Henrique (PMDB-SC) afirmou que o anúncio de que os Estados Unidos criaram uma nova e muito mais barata tecnologia de extração de gás “deixou o mundo atônito”.

Ele propôs na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) debate com técnicos do Ministério de Minas e Energia e da Petrobras, já que o Brasil também possui reservas na camada de xisto.

— Aquele país assombrou a economia mundial ao anunciar que está extraíndo milhares de toneladas de gás por um processo chamado fraturamento (*fracking*) de placas



Marcos Oliveira/Agência Senado

de xisto [rocha que se apresenta em lâminas] no subsolo terrestre, a cerca de mil metros de profundidade — disse.

A nova tecnologia, afirmou o senador, reduz muito o custo da

extração.

— A extração por fratura hidráulica vai mudar a geografia econômica do mundo, reduzindo a importância dos poços petrolíferos do Oriente Médio, criando uma nova geopolítica mundial — avaliou.

O novo método pode afetar o Brasil, pois o preço do gás americano corresponderia a 20% do gás consumido no país, importado da Bolívia.

## Bauer defende sanção sem vetos do projeto que amplia o Pronatec

Paulo Bauer (PSDB-SC) manifestou-se contrário à possibilidade de veto presidencial ao projeto oriundo da Medida Provisória (MP) 593/2012, que amplia a oferta de bolsas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Ex-secretário de Educação de Santa Catarina, o senador foi relator na comissão mista.

— Os vetos não contribuirão em nada para que tenhamos sucesso pleno no programa — disse Bauer, ao defender o aperfeiçoamento profissional dos alunos.



Moreira Mariz/Agência Senado

Bauer disse ainda que o projeto deveria ser mais divulgado, pois admite a concessão de bolsas em escolas privadas.

Segundo ele, a proposta permite que a iniciativa privada e a sociedade

organizada contribuam com o governo na melhoria do ensino profissionalizante ao autorizar o Sistema S a oferecer cursos específicos para formação de mão de obra.

O projeto também inova, disse Bauer, ao estabelecer que o Imposto de Renda não seja descontado dos professores de alunos beneficiados com o Pronatec.



Oportunidades de trabalho para detentos podem ser criadas em áreas como saneamento e reciclagem, propõe relatora da comissão que debate a Lei de Execução Penal

# Jurista sugere que municípios atuem mais na ressocialização de presos

A RELATORA DA comissão formada pelo Senado para atualizar a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984), Maria Tereza Uille Gomes, defende maior participação dos municípios em políticas para a ressocialização de condenados. No campo do trabalho, por exemplo, ela afirma que oportunidades concretas podem ser criadas na área de saneamento básico e tratamento de resíduos, como na limpeza urbana e reciclagem.

— Assim, pessoas apenas poderiam contribuir com a sociedade numa área importante, em que as metas estão desafiando o Brasil — afirmou.

Maria Tereza advertiu que os municípios precisam até o ano que vem adotar planos de reciclagem de resíduos, por exigência da legislação. A seu ver, leis locais que deverão ser aprovadas podem definir algum tipo de prioridade para o aproveitamento de presos.

Também presidente do Conselho Nacional de Secretários de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária,



Maria Tereza fala sobre capacitação profissional e escolarização de presos, ao lado do presidente da comissão, Sidnei Beneti

Maria Tereza disse que políticas públicas municipais recentes já começam a incluir aproveitamento de presos em atividades de saneamento básico e tratamento de resíduos.

## Capacitação

Defensora de penas alternativas, Maria Tereza apoia prisão apenas para crimes graves. Segundo ela, encarceramento duradouro também não contribui para recuperação. Para ela, a ressocialização depende, antes de tudo, do tipo de serviços à disposição

do preso, como escolarização, capacitação profissional e efetiva oportunidade de trabalho.

Para a relatora, o país pode se beneficiar de experiência adotada na Itália, que usa modelo de trabalho cooperativado para os que estão em regime fechado e para os que cumprem penas alternativas.

— A ideia é ter essa forma de organização de trabalho para permitir uma remuneração digna, em que eles próprios possam se organizar por meio de cooperativas para a prestação de serviços — explicou.

No caso das penas alternativas, Maria Tereza sugere que o acompanhamento do cumprimento das medidas, assim como todo o conjunto de serviços de assistência social, passe a ser feito pelos municípios. Segundo ela, isso não deverá provocar custos adicionais relevantes, pois os municípios já possuem estrutura e pessoal. Para a relatora, os estados devem cuidar apenas dos condenados submetidos aos regimes tradicionais de pena (prisão, semiaberto e aberto).

## Colegiado fará audiências regionais

Integrantes da comissão farão audiências regionais. A primeira será em São Luís no dia 14. No dia 17, haverá a primeira audiência nacional, no Senado. Depois ocorrerão mais duas regionais, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre.

O presidente da comissão, Sidnei Beneti, justificou a opção por audiências descentralizadas, sem a presença obrigatória de todos os integrantes, explicando que deslocamentos tornariam o trabalho mais difícil e gerariam gastos maiores.

— O importante é criar uma consciência nacional de que é necessário buscar uma melhoria da lei.

A reunião serviu para formalizar cinco subgrupos que examinarão propostas de alteração de partes da Lei de Execução. Qualquer cidadão poderá encaminhar sugestões usando o Alô Senado.

A comissão agora passou a ser formada por 16 integrantes, com a inclusão de 5 que foram recentemente nomeados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. São eles: Marco Aurélio Belizze, ministro do STJ; Mauricio Kuehne, professor de Execução Penal; Augusto Eduardo de Souza Rossini, diretor do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça; Luciano Losekann, juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça; e Nídea Rita Coltro Sorci, juíza e diretora da Penitenciária Feminina de São Paulo.

## Presidente da comissão comenta debate sobre maioria

Sobre o debate em relação à redução da maioria penal, o presidente do colegiado, ministro Sidnei Beneti, do Superior Tribunal de Justiça, disse que o grupo se ocupa apenas da legislação aplicável aos que já cumprem pena. Ele salientou que novas soluções podem ser examinadas.

— É possível que se possa descobrir a perspectiva de alguma reforma que permita tratar o menor com mais de 16 anos como adulto, a depender do crime que ele cometa — considerou o ministro.

Para Beneti, esse caminho já foi trilhado por muitos países. Assim, a depender do delito,

o crime cometido pelo menor pode permitir enquadramento como adulto. Ele disse que casos clássicos são os crimes de roubo, latrocínio e estupro.

Se esse for o “vetor da transformação” da legislação, disse o ministro, então a Lei de Execução Penal teria de ser alterada para ser aplicada a

menores de 18 anos. Como hipótese, admitiu a ideia de criação de estabelecimentos penais para menores condenados por crimes de adultos.

— Por enquanto, vamos depender do que for feito no trabalho constitucional e do que for o tratamento a ser dado no Código Penal — comentou.

## Mário Couto relata ameaça de morte feita por rivais e pede proteção policial

Mário Couto (PSDB-PA) pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que encaminhe ao governo do Pará pedido de proteção policial. Couto afirmou em Plenário ontem ter sido avisado pelo Ministério Público Federal que está sob ameaça de morte.

O motivo das ameaças seriam as denúncias de corrupção que costuma fazer contra grupo político rival no estado. O senador avisou, no entanto, que nem mesmo ameaças de morte vão fazê-lo calar.

Couto rebateu também as denúncias divulgadas pelo jornal *Diário do Pará*, pertencente ao grupo político que o senador costuma criticar. Reportagem do jornal afirma que o senador estaria envolvido em licitações fraudulentas no Detran do estado. Em defesa, ele explicou que a licitação irregular havia sido rejeitada pelo órgão mas, por um recurso da empresa vencedora, a Justiça determinou que o contrato fosse cumprido.

## Jayme Campos lamenta morte de procurador de Justiça de Mato Grosso



Lia de Paula/Agência Senado

Jayme Campos (DEM-MT) homenageou o ex-procurador de Justiça Luiz Vidal da Fonseca, que morreu aos 73 anos, em Cuiabá. O senador destacou os sólidos conhecimentos jurídicos e as posições corajosas de quem “nunca se furtou ao diálogo e à busca de soluções lúcidas”.

— Homem de convicções firmes e de honradez inabalável, ele sempre foi a bússola de sensatez e equilíbrio no Ministério Público mato-grossense.

Vidal foi procurador-geral no período em que Jayme Campos governou o estado (1991–1994), quando implantou o Estatuto do Ministério Público.

— Luiz Vidal foi um protagonista na definição de marcos jurídicos capazes de alavancar o desenvolvimento da nossa comunidade — afirmou.

## Anibal Diniz volta a criticar operação “espetaculosa” da Polícia Federal no Acre



Moreira Manz/Agência Senado

Anibal Diniz (PT-AC) voltou a criticar a Operação G7, da Polícia Federal, que investiga denúncias de irregularidades em obras públicas no Acre. Ele leu texto do professor de Direito e presidente do PT no estado, Leonardo Brito, que chama a atenção para o elevado número de investigações “espetaculosas”, que teriam rendido poucas condenações efetivas.

Segundo Anibal, nas 10 maiores operações da PF, 841 pessoas foram acusadas, mas apenas 9 (ou 1,1%) foram condenadas definitivamente.

— A Polícia Federal é uma instituição séria, mas ela é passível de erro. O governo paga milhões em indenizações por força de operações atabalhoadas, que acabam causando grandes prejuízos à honra de pessoas — disse.

## Plenário aprova indicação de Gisela Gondin Ramos para o Conselho Nacional de Justiça

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação da advogada catarinense Gisela Gondin Ramos ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ela recebeu 49 votos favoráveis e 5 contrários.

Sabatinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no dia 15, Gisela falou, entre outros temas, sobre a resolução do CNJ que obriga os cartórios a realizar casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Gisela observou que o órgão pode regular e uniformizar os procedimentos, mas ponderou que a questão em torno da união homoafetiva estável ainda não está resolvida — falta saber se a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) possui efeito vinculante.

O CNJ pratica o controle administrativo, processual e financeiro dos órgãos do Poder Judiciário.

As sabatinas de dois indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público previstas para ontem foram remarçadas para a semana que vem.



Com a aprovação, o mais alto tribunal do Brasil voltará a ter 11 ministros; de acordo com Renan, advogado tem “visão modernizadora” do sistema jurídico e da jurisprudência

# Após sabatina de mais de 7 horas, Senado aprova Barroso para STF

O ADVOGADO LUÍS Roberto Barroso foi aprovado pelo Plenário do Senado, ontem à noite, para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). O nome foi indicado pela Presidência da República, que será informada da decisão.

Com a aprovação, que se deu por 59 votos favoráveis e 6 contrários, a mais alta corte do Brasil volta a ter sua composição de 11 ministros novamente completa, passados mais de seis meses da aposentadoria do ministro Carlos Ayres Britto.

Mais cedo, Barroso foi sabatinado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A arguição começou perto das 10h30 e terminou por volta das 18h — segundo senadores, uma das mais longas da história da Casa. Na CCJ, a indicação foi aprovada com 26 votos favoráveis e apenas 1 contrário. Em seguida, a comissão aprovou urgência para que a indicação fosse enviada imediatamente ao Plenário.

Durante a votação no Plenário, 15 senadores, inclusive o presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiaram Barroso. Apenas Magno Malta (PR-ES) o criticou. Afirmou o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM):

— Seu conhecimento jurídico e constitucional se confirmou ao longo dessas quase oito horas de debate. Ele nos passou absoluta sinceridade e verdade em suas respostas.



Barroso (D) debate na CCJ ao lado do presidente da OAB, Marcus Vinicius Coêlho, e do ex-ministro do STF Carlos Ayres Britto

O líder do PMDB e do bloco da maioria, Eunício Oliveira (CE), afirmou que ele já provou durante sua vida jurídica ter as qualidades necessárias para integrar o STF.

## Rio de Janeiro

O líder do PT e do bloco de apoio ao governo, Wellington Dias (PI), destacou a “coragem, competência, experiência e capacidade” do indicado. “Advogado brilhante” foi a descrição feita pelo líder do PSB, Rodrigo Rollemberg (DF).

O líder do PP, Francisco Dornelles (RJ), cumprimentou a presidente Dilma Rousseff por prestigiar o Rio de Janeiro com a indicação de um procurador do estado. No mesmo sentido se pronunciaram Lindbergh Farias (PT-RJ) e

Eduardo Lopes (PRB-RJ).

No Congresso desde 1991, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a sabatina de Barroso foi a mais longa e de maior qualidade que já viu. Aécio Neves (PSDB-MG) disse reconhecer o acerto da indicação:

— Muitas coisas no Brasil vão mal, mas desta vez acertou a presidente da República. Tenho certeza que ele representará todos os brasileiros no STF.

Sérgio Petecão (PSD-AC) disse que Barroso “deixou uma impressão muito positiva” durante a sabatina na CCJ.

O líder do DEM, José Agripino (RN), pediu ao ministro aprovado que levasse ao conhecimento dos demais integrantes do STF que os senadores estão desconfortáveis

com o atual estado da relação entre os Poderes Legislativo e Judiciário.

Conduzindo a votação, Renan Calheiros disse que Barroso tem uma “visão modernizadora” do sistema jurídico e da jurisprudência.

Inácio Arruda (PCdoB-CE), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Jayme Campos (DEM-MT) e Sérgio Souza (PMDB-PR) também o apoiaram.

Por outro lado, Magno Malta afirmou que “a maioria da população diverge” de posicionamentos de Barroso, como a flexibilização da criminalização do aborto e a união homoafetiva. Disse que Barroso foi absolvido num processo que tramitou “de maneira açodada” em que uma advogada o acusava de agressão.

## Como advogado, defendeu aborto de feto anencéfalo

A indicação de Luís Roberto Barroso, procurador do Rio de Janeiro e especialista em Direito Constitucional, foi anunciada pela presidente Dilma em 23 de maio.

O relator na CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), ressaltou a formação acadêmica e profissional de Barroso. Como procurador, participou da ação promovida pelo governo do Rio contra a nova Lei dos Royalties. Como advogado, atuou na defesa, perante o STF, de pesquisas com células-tronco embrionárias, da equiparação das uniões homoafetivas às uniões estáveis heterossexuais, da vedação ao nepotismo e da possibilidade de aborto de fetos anencefálicos. Barroso atuou na defesa do italiano Cesare Battisti, acusado de terrorismo.

Ele é conhecido por ser um crítico dos votos por vezes longos dos ministros do Supremo. Ele afirmou que meia hora seria suficiente para os ministros resumirem os votos nos julgamentos, salvo nos temas mais complexos. A leitura de alguns votos dura várias horas ou até dias.

Barroso também se manifestou contra o chamado ativismo judicial — interferência exagerada do Judiciário em temas que deveriam ser objeto de opções políticas. Ele declarou que as decisões políticas devem ser tomadas por “quem tem voto”.

## Sobre mensalão, ele avisa que não aceitará pressão do governo ou de acusados

Em sete horas e meia, Luís Roberto Barroso esclareceu dúvidas de mais de 20 parlamentares, que não se ativeram somente a questões técnico-jurídicas. A seguir, os pontos mais importantes da sabatina:

### MENSALÃO

Acredita que o Supremo foi mais rigoroso no julgamento do mensalão que em outros processos, considerando o caso um “ponto fora da curva”. Disse que chegou a analisar a jurisprudência da Corte em 2012 e pensou que chegaria à conclusão de que o Supremo havia endurecido a jurisprudência, o que não aconteceu. Sobre a possibilidade de julgar recursos ainda pendentes, evitou entrar no mérito. “Ninguém me pauta. Nem governo nem imprensa nem acusados.”

### ANENCEFALIA

A medicina já provou que não há chance de sobrevivência. Portanto, para ele, obrigar uma mulher a se preparar para a

chegada de um filho que não vai vir “não será a celebração da vida, mas um ritual de morte”. “É o titular do sofrimento quem deve escolher, não um terceiro.”

### DIREITOS HUMANOS

Ele saiu em defesa da tolerância e da diversidade. “Cada um é feliz à sua maneira, desde que não interfira na vida do outro”, disse. Destacou que no mundo inteiro as minorias são protegidas pelas cortes constitucionais. “Onde houver direito fundamental em jogo sem ação legislativa, o Supremo pode e deve atuar.”

### ROYALTIES

Informou que vai se declarar impedido quando o STF julgar a divisão dos royalties do petróleo entre os estados porque atuou no processo na condição de procurador do estado do Rio. “Me sinto moralmente impedido de votar sobre algo em que tenha me manifestado.”

### ATIVISMO JUDICIAL

Quando houver decisão

política, o Poder Judiciário deve respeitar. Quando não houver norma definida, mas existir um direito fundamental a ser tutelado, o Judiciário tem de agir. Observou que isso aconteceu nos casos dos fetos anencefálicos e do reconhecimento das uniões homoafetivas. De qualquer modo, ele vê com prudência a ingerência do STF no processo legislativo, porque acha ruim que a Corte se transforme no “terceiro tempo” da disputa.

### INDICAÇÃO AO STF

O modelo brasileiro, em que o chefe do Executivo nomeia o ministro depois de sabatina do Senado, é melhor do que o modelo alemão, por exemplo, segundo o qual a escolha é feita pelo Legislativo. Ele não descarta a ideia de se oferecer uma lista prévia ao presidente a fim de diminuir a discricionariedade da escolha. “Seria um bom debate”, opinou.

### PODERES DO MP

Admite que a questão pode

chegar ao STF. No sistema brasileiro, segundo ele, a investigação criminal é realizada pela polícia e deve continuar sendo a regra. Enquanto não vier lei em contrário, acha que o MP pode conduzir investigação, mas excepcionalmente. Advertiu que o Ministério Público não pode jamais assumir o papel da polícia.

### LIVRE EXPRESSÃO

Disse ser de uma geração que enfrentou a censura e que a melhor forma de lidar com eventuais abusos é ampliar a liberdade e dar a voz a todos. Advertiu, todavia, que nenhum direito é absoluto: existem limites e o abuso gera o dever de reparar.

### NEPOTISMO

Ele diz que o Direito já fez o que podia em relação ao problema. Há resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) validada pelo STF e depois edição de súmula vedando a prática aos Três Poderes. Agora é questão de avanço

e maturidade institucional. Acha que é preciso reprimir.

### CESARE BATTISTI

“Consultei argumentos que me deram conforto moral, jurídico e político para defender a causa. Trinta anos depois do crime, a Itália o transformou numa espécie de símbolo de um acerto de contas com o passado”, afirmou. Cesare Battisti foi condenado à prisão perpétua na Itália, que pediu extradição para que ele cumprisse pena lá.

### MAIORIDADE PENAL

Evitou dar opinião por considerar grande a chance de o tema chegar ao STF. Barroso, entretanto, chamou a atenção para o fato de que diminuir a maioria de 18 para 16 anos é aumentar a “clientela” do sistema penitenciário.

### CAMPANHA ELEITORAL

Disse ser favorável ao financiamento predominantemente público de campanha eleitoral, com possibilidade de contribuição apenas de pessoa física.



# Comissão vota proposta sobre domésticas hoje

Jucá anunciou que a reserva de 3,2% na contribuição para o FGTS retornará ao patrão em caso de justa causa ou de o empregado demitir-se e que compensação de horas extras deve ocorrer no mesmo mês

OS EMPREGADOS DOMÉSTICOS poderão ter banco de horas para compensar o trabalho extraordinário eventualmente prestado, conforme proposta de regulamentação da Emenda Constitucional 72/2013 apresentada ao presidente do Senado, Renan Calheiros, pelo presidente da comissão mista de consolidação de leis e de dispositivos constitucionais, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), e pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Pela proposta, que será votada hoje pela comissão mista, a compensação das primeiras 40 horas extras deverá ser feita dentro do mês, sob pena de o patrão ter que pagá-las ao empregado junto com o salário normal. A compensação fora do mês deverá ocorrer no prazo de até um ano e ser ajustada entre o empregado e o empregador.

O projeto mantém a contribuição previdenciária do empregado de 8% e reduz a do patrão de 12% para 8% do salário. A redução terá duas finalidades específicas: 0,8% cobrirá o seguro de acidente de



Romero Jucá: formalização levará a um incremento da arrecadação do INSS

trabalho e 3,2% serão acrescidos à contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que já é de 8%. Com isso, será constituída uma reserva para a multa de 40% do FGTS na demissão sem justa causa ou imotivada. O relator pretende evitar impor ao patrão uma despesa que afete o orçamento familiar em caso de demissão do empregado.

Nos casos de demissão por justa causa ou de iniciativa do empregado, a reserva retornará para o empregador. Jucá refutou as críticas de que essa compensação prejudica os cofres da Previdência e garantiu que o incentivo à formalização

das relações trabalhistas levará a um incremento da arrecadação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Jucá informou que o trabalho de diaristas é permitido apenas até duas vezes por semana. Mais do que isso, caracteriza vínculo empregatício.

## Eleição

Vaccarezza anunciou que colocará ainda em votação na comissão mista proposta regulamentando a eleição, pelo Congresso, de presidente e vice-presidente da República nas hipóteses de vacância dos cargos nos dois anos restantes dos mandatos.

## PEC que acaba com impostos sobre remédios voltará à CCJ

Voltará a tramitar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a proposta que acaba com a cobrança de impostos sobre medicamentos. A PEC 115/2011, aprovada em 2012, estava na pauta do Plenário, mas será reexaminada para que sejam medidos os impactos na arrecadação dos estados.

O pedido partiu de Francisco Dornelles (PP-RJ). Segundo o autor da PEC, Paulo Bauer (PSDB-SC), o objetivo é proteger os estados. Um dos argumentos é o de que a proposta gera prejuízos com a perda de recursos públicos.

## Cidadãos sugerem audiência sobre norma de medicina do trabalho

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que será encaminhada para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) proposta de audiência pública, apresentada por meio do Portal e-Cidadania do Senado, sobre a alteração da Norma Regulamentadora 4 (NR 4), que trata de serviços especializados de segurança em medicina do trabalho nas empresas públicas e privadas.

A proposta para o debate foi acolhida por ter obtido o apoio de mais de 10 mil pessoas na internet. Renan ressaltou que, nos últimos anos, o Senado alcançou a sociedade com o

estabelecimento de canais de comunicação social (caso da TV, da rádio, do jornal), via telefone 0800 (Alô Senado), por meio de pesquisas de opinião, da Ouvidoria do Senado, da Procuradoria Especial da Mulher e de medidas relacionadas à Lei de Acesso à Informação.

— Estamos dotando os presidentes de comissões e os relatores de proposições das mais amplas possibilidades de enriquecimento das discussões legislativas com a utilização da tecnologia da informação. O Senado demonstra, assim, que está cada vez mais aberto e atento à sociedade — afirmou.

## Suplicy propõe grupo de trabalho para a renda básica de cidadania

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ter enviado à presidente Dilma Rousseff sugestões para a implantação de um programa de renda básica de cidadania.

Ele pediu uma audiência com a presidente e sugeriu a criação de um grupo de trabalho para preparar a transição do Programa Bolsa Família para a renda básica de cidadania. O senador lembrou que sua proposta faz parte do programa de governo de Dilma,

como uma diretriz aprovada de forma unânime pelo PT.

— A renda básica de cidadania se tornará um direito universal para todos os brasileiros e até para estrangeiros residentes há cinco anos, como forma de participar da riqueza nacional — explicou.



O senador deu exemplos de experiências bem-sucedidas nos Estados Unidos, Namíbia, Irã e Panamá e informou que a União Europeia está estudando a ideia.

## Humberto Costa rebate críticas da oposição ao Bolsa Família

Humberto Costa (PT-PE) refutou críticas feitas por membros da oposição de que o Programa Bolsa Família desestimula a busca por emprego. Ele citou dados do Ipea para mostrar que 38% dos beneficiários são empreendedores.

— É lamentável que, depois de tantos dados e exemplos de sucesso, um programa reconhecido internacionalmente seja atacado e seus beneficiários vistos como pessoas acomodadas — disse.

Ao descartar o papel do programa no resgate de milhões

de brasileiros da pobreza, o senador mencionou os avanços na saúde e educação: além da melhoria do desempenho escolar das crianças, resultados publicados pela revista médica inglesa *The Lancet* demonstraram uma queda de 17% na mortalidade infantil, entre 2004 e 2009.

— Quem vive de forma nababesca não sabe o que significa o Bolsa Família. Mas as pessoas pobres que não tinham sequer a certeza de, no dia seguinte, poderem dar aos seus filhos três refeições, essas sabem — afirmou.

## Wellington elogia empenho para votar estatuto pró-deficientes

Wellington Dias (PT-PI) comemorou o anúncio da provável votação do Estatuto da Pessoa com Deficiência ainda em 2013. Anteontem, os presidentes da Câmara, Henrique Alves, e do Senado, Renan Calheiros, prometeram empenho na aprovação do texto.

Wellington lembrou que o Projeto de Lei 7.699/2006, de Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado no Senado em 2006 e encontra-se na Câmara.

Agora, foi apresentado substitutivo, elaborado por grupo composto por parlamentares, inclusive Wellington, representantes da sociedade civil, juízes, Ministério Público, OAB e Conade. O grupo estudou todas as propostas em tramitação no



Congresso para finalizar o substitutivo, informou o senador. Após as alterações na Câmara, o texto terá de ser apreciado novamente no Senado.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretora de Jornalismo:** Virgínia Galvez

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Silvío Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



# Congresso pode promulgar PEC dos tribunais

Sessão conjunta está marcada para hoje. Intenção é promulgar proposta que cria TRFs em Minas Gerais, Bahia, Amazonas e Paraná e tem apoio da OAB e de frente parlamentar

O VICE-PRESIDENTE DA Câmara dos Deputados, André Vargas (PT-PR), convocou sessão do Congresso para hoje, às 9h. A intenção é promulgar a proposta que cria tribunais regionais federais em Minas Gerais, Bahia, Amazonas e Paraná.

Vargas fez a convocação como presidente interino do Congresso, já que Renan Calheiros está em Portugal, onde deve ficar até a próxima terça-feira.

Em visita a Renan no último dia 22, senadores e deputados da Frente Parlamentar Pró-Tribunais

Federais pediram a promulgação da proposta (PEC 544/2002). O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho, também defende a medida.

A criação de tribunais federais em mais quatro estados, no entanto, enfrenta resistência dentro do Judiciário. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, mostrou preocupação com um possível "gigantismo" da Justiça, já que cada tribunal pode contratar cerca de 3 mil servidores.



Vargas (E) convocou a sessão do Congresso, presidido por ele durante viagem de Renan (C, ao lado de Ideli Salvatti)

Moreira Matiz/Agência Senado

## Audiência debate incentivo à exploração de mineral estratégico

A elaboração de um marco legal para a exploração de minerais estratégicos, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor no Brasil, será debatida hoje numa audiência pública no Senado.

Para o debate, foram convidados o diretor-presidente do Serviço Geológico do Brasil — Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, Manoel Barretto da Rocha Neto, e o diretor de Assuntos Minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Marcelo Ribeiro Tunes.

Também foram chamados o

consultor legislativo da Câmara dos Deputados Paulo César Ribeiro Lima, o advogado Adriano Drummond Cançado Trindade, o professor de Engenharia Metalúrgica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) José Farias de Oliveira e o presidente da World Mineral Resources, João Carlos Cavalcanti.

O debate foi proposto por Luiz Henrique (PMDB-SC). Segundo ele, o Brasil precisa desenvolver um programa de pesquisa para os minerais estratégicos existentes em território nacional, para transformá-los em insumos

usados na criação de produtos complexos e sofisticados, importantes para a economia brasileira no contexto mundial.

Os minerais estratégicos são usados na produção de equipamentos das indústrias eletrônica, petrolífera, automobilística, aeronáutica, naval, espacial, siderúrgica e química.

Entre eles, estão as terras-raras, os minerais metálicos não ferrosos (como cobre, nióbio, manganês, níquel, tântalo e titânio), o minério de ferro, os minerais não metálicos (grafita, quartzo e telúrio)

e os agrominerais (fósforo e potássio).

Esses minerais são usados principalmente na produção de condutores de eletricidade, ímãs, superligas, baterias, pós para polimento, catalisadores para veículos, aditivos para vidros, fósforos, motores, centrais solares, lâmpadas, geração de energia, dessalinização, dutos, brocas, cerâmicas, anticorrosivos, fertilizantes, aços especiais e aços inoxidáveis, entre outros.

"A China é o principal produtor ou importador e, em alguns casos, o principal exportador de minerais es-

tratégicos. É possível que o país venha a ser o principal detentor dos recursos, das tecnologias e das indústrias do futuro", explica o consultor legislativo Paulo César Ribeiro Lima no trabalho *Os Minerais Estratégicos e as Cadeias Produtivas na China*.

A audiência, às 9h, será realizada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e pela subcomissão que estuda a elaboração do marco regulatório da mineração de terras-raras no Brasil.

Leia reportagem sobre terras-raras em <http://bit.ly/terras-raras>

### Ângela anuncia que ZEE de Roraima deve ser concluído este ano



A senadora Ângela Portela (PT-RR) comemorou ontem a notícia de que o zoneamento ecológico-econômico (ZEE)

do estado de Roraima deve ser concluído até o final do ano. A conclusão do ZEE vai permitir ao estado reduzir de 80% para 50% a área de reserva legal nos imóveis rurais.

A possibilidade de redução vale para os estados que têm mais de 65% do território ocupados por unidades de conservação de domínio público e terras indígenas, como é o caso de Roraima. A medida é resultado de emenda apresentada pela senadora durante a tramitação, no Senado, do projeto que deu origem ao novo Código Florestal.

— Isso representa 150% a mais de terras para produção agrícola, 4 milhões de hectares de terras para a agricultura — comemorou.

### Cristovam: tribunal internacional para crimes contra natureza



No Dia Mundial do Meio Ambiente, ontem, Cristovam Buarque (PDT-DF) apoiou a criação de um tribunal internacional para julgar crimes contra a natureza.

— Um tribunal que não vai colocar ninguém na cadeia, mas vai ser um tribunal moral, que vai denunciar — explicou.

Cristovam convidou a população a participar de uma pesquisa na internet ([www.tribunal-nature.org](http://www.tribunal-nature.org)). Ele informou que, entre as perguntas a serem respondidas, estão: "Você daria suporte a um projeto de Tribunal Internacional da Natureza?"

— Não dá para continuar tratando a natureza como a despesa de onde a gente tira matérias-primas e a lata do lixo para o resto da produção. Daí a busca de um tribunal que julgue os crimes cometidos contra a natureza — afirmou.

### Para Ana Amélia, país precisa avançar nas questões ambientais

No Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado ontem, Ana Amélia (PP-RS) apontou avanços e dificuldades ainda existentes no que se refere às políticas públicas, privadas e de toda a sociedade em favor do desenvolvimento sustentável.

Ela lamentou notícias publicadas nos jornais que revelam que o desmatamento na Mata Atlântica voltou a aumentar. E explicou que, em 2011 e 2012, o país perdeu, em 17 estados, 235 quilômetros quadrados do bioma.

— É uma lamentável notícia sobre esse importante bioma, que, no passado, chegou a cobrir o Brasil de ponta a ponta — disse.

A senadora apontou dificuldades existentes para a construção de acordos internacionais, com efeitos práticos na área ambiental — entre eles, o documento final da Rio+20. Ela criticou o texto afirmando que não foram estabelecidas metas obrigatórias para serem cumpridas pelos países.

### Ivo Cassol avalia positivamente primeiro ano do Código Florestal



Ivo Cassol (PP-RO) avaliou positivamente o primeiro ano de vigência do Código Florestal. Ele advertiu, porém, que ainda

há muito a se fazer para a plena implementação da norma. O senador enalteceu a segurança jurídica proporcionada aos produtores rurais, mas cobrou um incentivo maior a quem preservou as florestas.

— O novo código reduziu a exigência de reserva legal e áreas de preservação permanente para quem desmatou ilegalmente até 2008, mas não ofereceu nada para beneficiar quem cumpriu a lei — resumiu.

Para Cassol, o Ibama precisa agilizar o cadastro dos produtores rurais e trabalhar para remover as dificuldades enfrentadas pelos agricultores que desejam voltar à legalidade. Ele citou o reconhecimento internacional do Código Florestal como o mais avançado do mundo.

### Suplicy comemora proibição de pedreira em Piedade (SP)

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou a aprovação, pela Câmara Municipal de Piedade (SP), de projeto de lei que proíbe instalação de pedreira na zona rural.

A proposta, da prefeita Maria Vicentina Godinho, classifica como zona de conservação de mananciais a região das bacias dos Rios Pirapora e Sarapuí, que inclui a área onde a MSX Minerais pretendia extrair granito.

Suplicy explicou que só poderão ser realizadas atividades agropastoris, de baixo impacto, com preservação dos recursos hídricos. Devem ser adotadas medidas de combate à erosão, ao assoreamento de mananciais e de controle de agrotóxicos.

— Dessa maneira, pelas regras de Piedade, não poderá a pedreira lá se instalar — comemorou, ao lembrar o apoio de 7.500 moradores a abaixo-assinado iniciado pela Associação Ecológica São Francisco de Assis.



# Comissão aprova MP de capitalização dos bancos

Relator aponta maior proteção contra crises cíclicas como um dos efeitos esperados da medida provisória; proposta também adapta sistema financeiro nacional às normas de liquidez do acordo de Basileia 3

A COMISSÃO MISTA que analisa a Medida Provisória 608/2013 aprovou ontem o relatório do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). Ele rejeitou as 28 emendas apresentadas e manteve os principais pontos da proposta enviada pelo Executivo. A MP cria novas opções de capitalização dos bancos, como a concessão de crédito presumido e a possibilidade de transformar a letra financeira em ações. O texto seguirá para o Plenário da Câmara dos Deputados.

— Com essa medida, criamos maior proteção anticíclica. Você protege o investidor e o sistema financeiro como um todo, porque o banco nada mais é que o operador do recurso de terceiros — disse o senador.

Para o presidente da comissão, deputado Cláudio Puty (PT-PA), a medida garantirá uma expansão do crédito bancário.

— A MP dá mais solidez para o sistema bancário e permite que a alavancagem, a quantidade de empréstimos sobre o patrimônio, seja possibilitada e que tenhamos uma

expansão do crédito — afirmou o deputado.

## Restrições

O senador restringiu, no relatório aprovado pela comissão, o que ele viu como brecha para instituições financeiras usarem prejuízos fiscais de mais de um ano como crédito presumido. A MP previa que fosse usado o “saldo acumulado”, que, segundo Cássio, poderia valer para provisões de outros anos além do ano-calendário imediatamente anterior.

O relator também restringiu a apuração do crédito presumido somente para instituições com falência ou liquidação extrajudicial decretadas a partir de

1º de janeiro de 2014. Essa foi uma demanda dos membros da comissão. “A proposta convertida em lei não atinge situações pretéritas”, disse Cássio.

## Liquidez

— A proposta ajusta o sistema financeiro nacional às normas de Basileia 3 para oferecer maior liquidez aos bancos e garantir recursos para aumentar o colchão de dinheiro que as instituições precisam — afirmou o relator.

O acordo de Basileia 3 busca criar regras mais rígidas e melhorar a capacidade de instituições financeiras evitarem crises como a de 2008–2009.

(Da Agência Câmara)



Para Cássio, proteção ao sistema financeiro também protege o investidor

## Ivo Cassol pede revisão da dívida do extinto Beron

Ivo Cassol (PP-RO) afirmou que a revisão da dívida do extinto Banco do Estado de Rondônia (Beron) é uma questão de justiça social. O pedido já está na pauta da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF).

Ele explicou que desde 2003 luta pela revisão da dívida, fruto de uma administração “desastrosa” do Banco Central na década de 1990.

— Os políticos do passado roubaram, desviaram, se locupletaram com o dinheiro do Beron, com os financiamentos fraudulentos e, ainda por cima, com a intervenção do governo.

O senador explicou que o Beron foi submetido ao regime de administração especial temporária entre fevereiro de 1995 e agosto de 1998, quando a dívida cresceu de R\$ 48 milhões para R\$ 548 milhões. Segundo Cassol, o estado tem descontado todo mês R\$ 14 milhões do Fundo de Participação dos Estados (FPE). De 1999 pra cá, afirma, já foram pagos mais de R\$ 2 bilhões.

— Não queremos o perdão da dívida, mas pagar o que devemos. Negamos o que não devemos e que colocaram no lombo do povo.

Para Cassol, esse dinheiro deveria ser investido em saúde, agricultura, infraestrutura e educação.

## Grupo que examinará MP 613 deve ser instalado hoje

A comissão mista destinada a examinar a medida provisória (MP 613/2013) que institui crédito presumido das contribuições do PIS-Pasep e Cofins na venda de álcool transferiu para as 9h de hoje a reunião

para instalação do colegiado e escolha do presidente e do vice-presidente.

De acordo com o senador José Pimentel (PT-CE), foi obtido acordo apenas na Câmara para as escolhas, faltando a

decisão dos representantes do Senado.

Também foram transferidas para a manhã de hoje as reuniões de instalação das comissões para análise das MPs 614/2013 e 615/2013.

## Lúcia Vânia cobra do governo mais compromisso com o país



Moneira Moniz/Agência Senado

Lúcia Vânia (PSDB-GO) cobrou uma “governança menos ideológica e mais comprometida com o futuro do país e sua população” ao comentar parecer prévio do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as contas do governo federal em 2012. Para ela, “está na hora de o Brasil acordar”.

Na opinião da senadora, a população já sente a realidade das avaliações do tribunal, como o baixo crescimento do PIB, um “inexpressivo 0,9%, acompanhado de uma perversa inflação”.

O crescimento está atrás de países como China, Índia, Rússia e África do Sul, disse. A senadora observou que os dados do parecer não levaram em conta a Aliança do Pacífico, bloco comercial que reúne México, Colômbia, Peru e Chile. Juntos, eles exportam US\$ 556 bilhões, contra US\$ 335 bilhões do Mercosul.

— Enquanto o Brasil se fecha num desgastado Mercosul, o bloco do Pacífico comemora invejáveis índices de desempenho econômico — afirmou a senadora.



Reunião dos relatores do Orçamento para 2014 presidida por Lobão Filho (C)

## Ministros serão convidados a debater restos a pagar na CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) fará audiência pública para discutir os “restos a pagar” relacionados a obras que não saíram do papel. No final de 2011, o governo federal publicou um decreto que deu validade de um ano e meio para a efetivação dos repasses, prazo que está para vencer e que pode prejudicar muitas prefeituras.

Serão convidados os ministros da Fazenda, Guido Mantega; do Planejamento, Miriam Belchior; das Relações Institucionais, Ideli Salvatti; e da Casa Civil, Gleisi Hoffmann; além dos presidentes da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda, e da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski.

A audiência foi solicitada pelo deputado federal Efraim Filho (DEM-PB). Ao destacar o volume atual dos restos a pagar (estimados em mais de

R\$ 170 bilhões, ele afirmou que o montante demonstra que “projetos positivos para o desenvolvimento da nação, dos estados e dos municípios estão travados”.

Segundo Efraim, a retenção de recursos é resultado da excessiva burocracia da máquina governamental, da morosidade da Caixa e da atuação das próprias prefeituras, que não teriam se adaptado à cultura da preparação de projetos.

Essa última razão também é citada pelo governo e pelos congressistas da base do governo.

Presidente da CMO, o senador Lobão Filho (PMDB-MA) apoiou a realização da audiência pública sobre o assunto. Ele avalia que o volume de recursos dos restos a pagar “é quase um orçamento paralelo, que precisa ter um fim”.

## Estamos cumprindo os prazos para o Orçamento, diz Lobão Filho

A pouco mais de um mês do final do primeiro semestre legislativo, Lobão Filho (PMDB-MA) ressaltou que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) “está rigorosamente dentro dos prazos” para a análise e votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O projeto tem de ser aprovado pelo Congresso até 17 de julho — se isso não ocorrer, o recesso do meio do ano fica suspenso até que a matéria seja votada.

Lobão conduziu ontem a primeira reunião com o grupo de relatores do Orçamento de 2014. Durante o encontro, ele apresentou aos parlamentares os consultores legislativos que vão auxiliá-los em suas atividades, principalmente a partir do segundo semestre, quando

será analisado o projeto do orçamento anual, que ainda será enviado pelo governo.

— Nem se começou a discutir o projeto orçamentário para 2014 e já estamos preparando os relatores para que possam interagir com os consultores, para que as coisas não sejam feitas de última hora — frisou Lobão.

Conforme definido em reuniões anteriores, o relator-geral do Orçamento é o deputado Miguel Corrêa (PT-MG), o relator de receitas é o senador Eduardo Amorim (PSC-SE) e o relator da LDO é o deputado Danilo Forte (PMDB-CE), que apresentou o relatório preliminar na terça-feira. Lobão Filho reiterou que o relatório preliminar deve ser votado até o dia 13.

## Henrique Meirelles e Luiz Gonzaga Belluzzo discutirão rumos da economia

A Comissão de Assuntos Econômicos começa na próxima semana ciclo de debates sobre os rumos da economia brasileira. Presidente da comissão, Lindbergh Farias (PT-RJ) confirmou o

primeiro para terça-feira, com os economistas Luiz Gonzaga Belluzzo e Henrique Meirelles, ex-presidente do BC. Os debates atendem requerimentos de Eduardo Suplicy (PT-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF).